

## **A SOCIOTERRITORIALIDADE DO PROJETO DE ASSENTAMENTO IRMÃ ADELAIDE, MIRACEMA DO TOCANTINS – TO**

Israel de Paula Maia<sup>1</sup>  
Roberto Souza Santos<sup>2</sup>  
Glays Ially Ramos<sup>3</sup>

### **Resumo**

Este trabalho aborda o processo de socioterritorialidade do Projeto de Assentamento – PA Irmã Adelaide, localizado no município de Miracema do Tocantins-TO, e tem como principal objetivo analisar a dinâmica de continuidade socioterritorial e econômica, dos camponeses, diante dos projetos de reforma agrária aplicados pelo INCRA. O trabalho configura parte da pesquisa de dissertação de Mestrado em andamento no Programa de Pós – Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – PPGG/UFT. O artigo pautou-se em uma revisão literária de autores, que tratam dos temas de reforma agrária, de produção camponesa, de movimentos migratórios no campo, e do modo de produção capitalista, além de coleta de dados em órgãos oficiais e trabalhos de campo.

**Palavras-chave:** Reforma Agrária<sup>1</sup>, Camponeses<sup>2</sup>, Socioterritorialidade<sup>3</sup>.

### **Introdução:**

Segundo o Instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária - INCRA (online), os assentamentos rurais no Brasil são um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instalados pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário.

Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo INCRA a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote é determinado pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece. A

---

<sup>1</sup> Instituto Federal do Tocantins – IFTO e-mail: [israelmaia@ifto.edu.br](mailto:israelmaia@ifto.edu.br)

<sup>2</sup> Universidade Federal do Tocantins – UFT e-mail: [robertosantos@mail.uft.edu.br](mailto:robertosantos@mail.uft.edu.br)

<sup>3</sup> Universidade Federal do Tocantins – UFT e-mail: [gleys.ramos@ut.edu.br](mailto:gleys.ramos@ut.edu.br)

funcionalidade de um assentamento é baseada em trabalhadores rurais que recebem o lote e se comprometem a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente mão de obra familiar

Nesse sentido, a formação do processo histórico de constituição efetiva do assentamento Irmã Adelaide está marcada pela participação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), na coordenação e na implantação dos assentados, juntamente por organizações vinculadas aos sindicatos dos trabalhadores rurais de Miracema do Tocantins e de Barrolândia. De acordo com dados do INCRA (2016), o Assentamento Irmã Adelaide, localizado no município de Miracema do Tocantins - TO, criado em 27 de maio de 1998, a partir da desapropriação da Fazenda Boa Nova, tem uma área de 5.344ha e conta com capacidade para receber 106 famílias.

No assentamento os lotes variam de 25 a 30 ha, com casa de alvenaria que compõe a agrovila. Essa agrovila conta com infra-estrutura que compreende um posto de saúde municipal; uma escola estadual de ensino fundamental (6º ao 9º ano e EJA), que atende nos três turnos. A agrovila conta ainda com pequenos estabelecimentos comerciais e uma linha de transporte coletivo, que faz o trecho do assentamento a Palmas, diariamente, em viagem única.

A principal fonte de renda das famílias advém da produção agrícola baseada no cultivo de milho, arroz, feijão, banana, abacaxi, mandioca, hortaliças e criação de galinha e porco, em regime de agricultura familiar.

Desde a Colonização do território brasileiro, a luta pela terra foi marcada por desafios, uma vez que historicamente a distribuição das terra foi feita de forma concentradora, privilegiando senhorios em detrimento a quem trabalhava na lida direta com a terra. Martins ao analisar a realidade camponesa no Brasil, discorreu:

A realidade dos camponeses e de numerosos assalariados do campo é de uma situação não só de exclusão em relação aos direitos fundamentais, como direito de propriedade, e do direito trabalhista, mesmo de certos direitos fundamentais da pessoa, como ir e vir, os direitos civis que são lugares comuns em outras sociedades. (MARTINS, 1984, p.88).

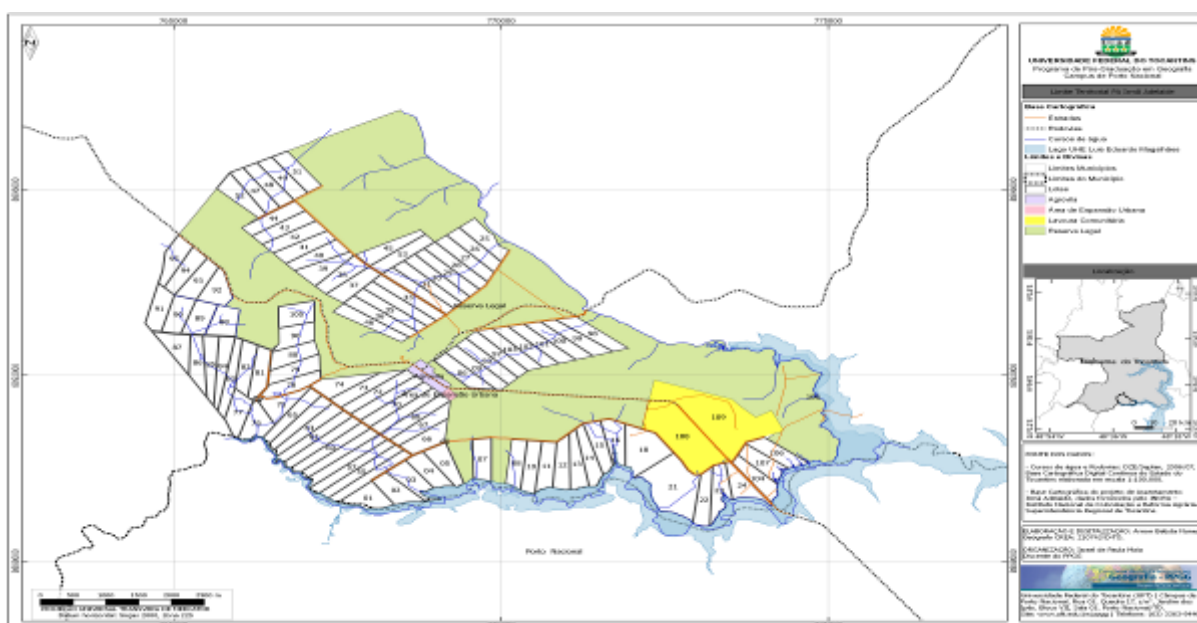
Nesse sentido, a inserção das relações capitalistas de produção no seio do campesinato teve um aspecto contraditório: ao mesmo tempo em que transformava uma pequena parte dos camponeses em ricos agricultores, transformava outra grande parcela de agricultores em empobrecidos e sem terra para plantar.

Este trabalho configura parte da pesquisa de dissertação de Mestrado em andamento no Programa de Pós – Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – PPGG/UFT. Tem como principal objetivo: Analisar a dinâmica de continuidade socioterritorial, dos agricultores familiares do Assentamento Irmã Adelaide, município de Miracema do Tocantins – TO, buscando entender a situação socioeconômica das famílias do Assentamento Irmã Adelaide.

A metodologia utilizada para realização deste artigo, fundamentou-se, em revisão literária, coleta e análise de dados colhidos no Assentamento Irmã Adelaide.

## RESULTADOS

O P.A Irmã Adelaide foi criado em 22 de maio de 1998, por meio da Portaria INCRA/SR – 26 nº 036 a partir da desapropriação da Fazenda Boa Nova, com área de 4.766,2740 ha e aproximadamente 106 famílias.



No projeto de assentamento os lotes variam de 25 a 30 ha, e contam individualmente com uma casa de alvenaria, com dois quartos, sala, cozinha e banheiro, a principal fonte de renda das famílias advém da produção agrícola baseada no cultivo de milho, arroz, feijão, banana, abacaxi, mandioca, hortaliças e criação de galinha e porco, em regime de produção familiar.

De acordo com relatos dos assentados, a escolha do nome para o assentamento, resultou de uma homenagem à militante Irmã Adelaide. Assassinada em 1985 por estar sempre ligada às questões de disputas por terras e conflitos no sul do estado do Pará, tendo estado ao lado dos camponeses, Irmã Adelaide é considerada um dos mártires da Reforma Agrária no Brasil.

A distribuição dos lotes no P.A seguiu um padrão indicado pelo INCRA, que consistia na divisão da área em três partes: Agrovila, Comunitária e a Parcela ou Chácara. A primeira área consiste em um lote individual contendo 800m<sup>2</sup> que fica localizado na porção central do P.A. Este local denominado Agrovila corresponde a área onde está localizada a casa recebida por cada camponês. Na Agrovila, as famílias contam com uma infra-estrutura mínima, como escola, posto de saúde e pequenos comércios, e dois templos religiosos.

A segunda área, denominada Comunitária tem aproximadamente 230 há. Essa área é especial, pois tem um caráter identitário para os assentados. Este foi o local escolhido pelas famílias para que fossem plantadas as primeiras roças, enquanto aguardavam o momento de receber definitivamente suas glebas de terras.

A terceira área é o lote propriamente dito, denominado de Parcela ou Chácara que foram escolhidas por meio de sorteio entre os assentados.

Considerando que abordagem socioterritorial compreende um conjunto maior de questões que envolvem o desenvolvimento da sociedade e sua relação com o território, a proposta deste trabalho é analisar a dinâmica de continuidade socioterritorial, dos camponeses do Assentamento Irmã Adelaide, município de Miracema do Tocantins – TO.

Nesse sentido, o processo de formação do P. A. em estudo, observa-se a inserção deste no sistema fundiário brasileiro amparado pelo Estado serviu para concretizar as desigualdades já que agiu à luz dos interesses privados e sempre em desfavor do interesse coletivo, como afirma José de Souza Martins:

A lei de terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e jurídicas de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na eminência de transformações nas condições do regime escravista que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho. Importava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra, do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura. De fato, porém, independentemente das intenções envolvidas, a criação de um instrumento legal e jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do Estado do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso a terra dos trabalhadores sem recursos. (MARTINS, 1990: 58,59).

Dessa forma, entende-se que Historicamente no Brasil a forma de acesso a terra de distribuição isso quer dizer da estrutura fundiária foi feita de forma desigual, sempre favorecendo a formação dos latifúndios. Desde “sempre” os latifundiários fazem de tudo para burlar a lei e conseguirem maiores extensões de terra, Oliveira chama atenção para isso:

Um bom exemplo é a “técnica da procuração”, ou seja, o latifundiário consegue um procurador, ou ele mesmo torna-se procurador de um certo número de pessoas, às vezes de sua própria família. Para isso, ele, às vezes paga pelas assinaturas. Com as procurações ele dá entrada nos Institutos de Terras para adquiri-las para aquelas pessoas de quem é procurador. Os órgãos públicos emitem títulos e ele torna-se proprietário dos títulos emitidos em nome de outras pessoas, devido às procurações. Assim, torna-se proprietário não de uma área de, no máximo, 2.500 há (pela constituição de 1988), mas de tanta terra quantos foram os títulos que obteve através de procurações. Se conseguir cem procurações torna-se proprietário de 250.000 há de terra. (OLIVEIRA, 2001 p. 29)

É nesse contexto que a divisão de terras na Amazônia vem sendo feita, desrespeitando os direitos dos camponeses, e atendendo sempre aos interesses dos grandes latifundiários e aos que servem ao modelo de desenvolvimento capitalista. O processo de ocupação do território tocantinense inicia-se ainda na primeira metade do século XVIII, baseada exclusivamente na exploração aurífera, que concentrava uma população que migrava em direção ao norte em busca de riqueza impulsionados pela coroa portuguesa.

Depois de esgotadas as fontes minerais ocorreram uma decadência natural das ocupações nesses núcleos urbanos, no entanto outra atividade econômica acaba substituindo a busca pelo ouro, e começa a explorar a atividade de pecuária ainda no século XVIII. Dessa forma, a pecuária passou a ser a principal fonte de renda para as pessoas do norte goiano, e se mantém ativa até os dias atuais hoje Tocantins.

O espaço geográfico do Tocantins passou por uma transformação em termos estruturais após a construção e implementação da rodovia Belém-Brasília, pois essa possibilitou o processo de ocupação de áreas demograficamente inabitadas, conseqüentemente contribuiu para o crescimento dos núcleos urbanos, transformando consideravelmente a rede urbana do Estado, segundo Lira (2011)

A construção de Brasília representou muito mais a que a “conquista do Planalto Central” ela representou também uma nova era para a região Amazônica, além de um “desordenado” desenvolvimento empregado pelos governos militares, uma era de saques, violências e entreguismo, tudo isso sobre a ideologia de “segurança Nacional” a coqueluche dos governos militares espalhados por todo território nacional (LIRA, 2011, p. 48).

Durante o governo militar na região da Amazônia Legal, foram criadas medidas a favor dos grandes empresários e em desfavor dos movimentos camponeses, um exemplo disso foi a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que tinha o objetivo de desenvolver a região, no entanto ela só atendeu ao grande capital. Além da SUDAM outros projetos de fomento ao “desenvolvimento” foram criados como afirma Lira:

Os projetos e programas governistas implantados a partir dos anos 1960 em diante, como o PIN-Projeto de Integração Nacional, PNDs-Palno Nacional de Desenvolvimento, PROTERRA-Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste, PÓLO-AMAZÔNICO-Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia etc., promoveu a expansão da fronteira econômica, motivado pela introdução de novas tecnologias acelerando assim o processo excludente da modernização da agricultura (LIRA, 2011, p. 59).

Diante disso surge na região um movimento de resistência dos camponeses, que permaneceram em suas terras, e essa atitude provocou o agravamento de tensões e conflitos que, em muitas vezes eram violentos e arbitrários por parte da policia.

Durante a década de 60 surgiu no Tocantins, especificamente na região do bico do papagaio, localizado ao extremo norte do estado, um conflito armado conhecido como a Guerrilha do Araguaia. Esse movimento que foi fomentado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), tinha como objetivo principal organizar as famílias camponesas para a defesa da luta pela terra, contra os projetos de reforma agrária e da questão fundiária que eram impostas pelos governos militares.

A participação das forças militares no combater a resistência camponesa, durante a guerrilha ficou marcada pela ocupação de cidades da região, e da truculência dos militares na condução de suas ações. Mas mesmo após o fim do conflito as tensões entre os camponeses e os grandes fazendeiros continuaram isso forçou o governo militar a autorizar o INCRA, a demarcar áreas para posseiros, no intuito de promover vários projetos de assentamentos, tudo isso para tentar conter os conflitos existentes.

Um fator histórico que devemos sempre mencionar foi o fato de que na constituição de 1988, trouxe em seus atos a criação do Estado do Tocantins, apoiado principalmente pelas oligarquias regionais, em sua maioria formada por grandes agropecuaristas. Essa influencia, contribuiu para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, ligados aos interesses e aos anseios de uma classe política ligadas a União Democrática Ruralista (UDR), que foi instituída em 1985, com o objetivo exclusivos de atender as demandas da economia Agropecuarista.

“ a grande propriedade fundiária com suas formas tradicionais de produção e de reprodução do capital ali inseridas e, conseqüentemente com a renda da terra. É o momento em que a pecuária se transforma em poder político e passa a ter então ao alcance o controle das formas de repressão policial e mesmo as de âmbito jurídico, agora legalizados.” (BARBOSA, 1999. p.96)

Também na região do Bico do Papagaio no norte do estado do Tocantins, ocorreu um fato que marcou para sempre a história da região, foi o assassinato do religioso Josimo Moraes Tavares. Vigário da paróquia de São Sebastião do Tocantins-TO, padre Josimo era figura conhecida dentro dos movimentos sociais, ligados a CPT, onde participava como membro e conselheiro da CPT/Araguaia-Tocantins.

Segundo os dados do MDA/INCRA SR-26, hoje no Tocantins vivem mais de 23.560 mil famílias assentadas em 378 projetos de assentamentos, territorializados em mais de 92 municípios ou seja, dos 139 municípios existente no estado, isso quer dizer que mais de 66% se encontra projetos de assentamentos da reforma agrária. Portanto temos um número significativo de famílias camponesas residindo no campo, e colaborando para a manutenção e resistência do camponês na terra.

O quadro abaixo mostra como esse processo vem ocorrendo de forma acentuada em todo o estado ao longo das décadas:

**Quadro 1:** Comparativo de famílias assentadas no Estado do Tocantins

1987 a 2002	7.899
2003 a 2009	15.820
2010 a 2015	497

**Fonte:** INCRA- SR-26 (2017), Organizado pelo o autor, 2017.

Segundo os dados mencionados acima, no Tocantins as famílias começaram efetivamente a ter suas conquistas relacionadas à posse de terras em meados da década de 1980, um dado importante sobre esse quadro acima é que o maior número de famílias assentadas foram coincidentemente ou não durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que é do partido dos trabalhadores-PT, partido esse que no estado do Tocantins historicamente sempre esteve inserido no processo de luta juntamente como outros movimentos sociais como a CPT – Comissão Pastoral da Terra, do MST – Movimento dos Sem Terra, das Associações dos Agricultores Rurais entre outros, isso significa dizer que após anos de lutas marcadas por conflitos, e de todas as injustiças sofridas pelos camponeses, a situação atual é muito melhor de outrora.

No entanto a luta é permanente, muitos camponeses ainda lutam pela posse da terra no estado do Tocantins, famílias inteiras vivem as margens das rodovias, em locais improvisados aguardando uma resposta efetiva dos órgãos competentes diante da tarefa de se desenvolver a tão esperada, reforma agrária, uma reforma que atendam aos anseios de todos os camponeses que fazem parte desse processo.

A interpretação do campesinato, da violência e dos conflitos no campo, tem sido debatida nas ultimas décadas pela geografia agrária, pois entender todo esse processo em que o camponês está inserido é fundamental para tentar resolver os problemas relativos à questão da luta pela terra.

Assim, Oliveira destaca a existência de três correntes que interpretam o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, trazendo diversos autores, ele sustenta que a



primeira corrente é apresentada por autores que defendem piamente que no Brasil existiu o feudalismo, ou relações semi-feudais de produção, conforme segue:

Por isso eles advogam a seguinte tese para que o campo se desenvolva seria preciso acabar com estas relações feudais ou semifeudais e ampliar o trabalho assalariado no campo. Para esses autores, a luta dos camponeses contra os latifundiários exprimiria o avanço da sociedade na extinção do feudalismo. Portanto, a luta pela reforma agrária seria um instrumento que faria avançar o capitalismo no campo. Esses autores costumam afirmar inclusive que o capitalismo está penetrando no campo. Entre os principais estudiosos que seguem essa concepção estão Maurice Dobb, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Inácio Rengel etc. O livro Estudos de Geografia Agrária Brasileira, de Orlando Valverde, apresenta esta interpretação (...) (OLIVEIRA, 1999, p. 70)

Na segunda corrente, os autores acreditam que o capitalismo irá se desenvolver ao ponto de suprimir o campesinato alegando que ocorrerá o desaparecimento da figura do camponês, esse se por sua vez se transformará em proletários ou em capitalistas:

Outra vertente entende que o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois seriam uma espécie de ‘resíduo’ social que o progresso capitalista extinguiria. Ou seja, os camponeses ao tentar produzir para o mercado acabariam indo à falência, e perdendo suas terras para os bancos ou mesmo teriam que vendê-las para saldar as dívidas. Com isso, os camponeses tornar-se-iam proletários. Entre os principais pensadores dessa corrente estão Karl Kautsky, Vladimir I. Lenin, Léo Huberman, Paul Sweezy, Caio Prado Jr., Maria Conceição D’Incao e Mello, José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay etc. A maior parte dos trabalhos em geografia agrária têm por base essa concepção. São exemplos dessa corrente (...) a maior parte das teses e dissertações defendidas na Geografia da UNESP – Rio Claro-SP e na UFRJ, no Rio de Janeiro. Mas, talvez, pelo seu caráter emblemático, o trabalho de Ruy Moreira, “O desenvolvimento do capitalismo e o lugar do campo no processo”, publicado na revista Terra Livre nº 1, seja um dos melhores exemplos dessa corrente na geografia agrária (OLIVEIRA, 1999, p.71).

Entretanto Oliveira se opõe as duas correntes anteriores, argumentando que não “há lugar histórico para os camponeses no futuro. Isso porque a sociedade capitalista é pensada por estes autores como sendo composta por duas classes sociais: a burguesia (os capitalistas) e o proletariado (os trabalhadores assalariados)”. Na concepção de Oliveira, “por isso que muitos autores e mesmo partidos políticos não assumem a defesa dos camponeses” (OLIVEIRA, 1999, p.71).

Ainda contrapondo os autores das duas correntes anteriores Oliveira afirma que:

Penso que esses autores “esqueceram” uma frase escrita por Karl Marx em O Capital: “*Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terra, cujas respectivas fontes de rendimento são o salários, o lucro e a renda fundiária portanto assalariados, capitalistas, e proprietários de terra, constituem as três grandes classes na sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista.*” Portanto, a compreensão do papel e do lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo; entretanto os camponeses continuam lutando para conquistar o acesso à terra no Brasil. Um bom exemplo para esclarecer essa questão é o aumento do número de posseiros no Brasil (OLIVEIRA, 1999, p.72).

Diante dos fatos apresentados das duas correntes anteriores, está constituída a terceira corrente, que é defendida por Oliveira e está assentada no dentro do pensamento dialético como relata em suas palavras:

Dessa forma, para mim, que faço parte de uma outra concepção teórica da compreensão do desenvolvimento capitalista no campo, o que ocorre na agricultura brasileira é um processo diferente. O estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado para presença do bóia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença do aumento do trabalho familiar no campo). Entre os mais importantes pensadores dessa corrente estão Rosa de Luxemburg, Teodor Shanin, Samir Amin, Kostas Vergopoulos (...) (OLIVEIRA, 1999, p.73).

Os dias atuais têm sido marcados pela idéia fixa de se tentar explicar e definir o conceito de campesinato no Brasil, no entanto existem divergências no que tange a definição objetiva desse conceito.

Vários autores tem se manifestado diante do grande desafio que é estudar o campesinato na atualidade, primeiro porque não se consegue chegar a um consenso sobre o tema, e depois porque apenas uma definição não contemplaria a maioria dos estudiosos. Para MARQUES (2004, p.145) o campesinato é definido como:

(...) um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade. (MARQUES 2004, p.145).

O fato é que entender a origem do campesinato no Brasil nos leva a compreender como esses camponeses se organizam, como eles se articulam para continuarem reproduzindo-se diante de um sistema capitalista que a todo momento negam sua existência, negam sua força de resistir as adversidades.

O ressignificado do conceito de campesinato ocorre de duas formas. A primeira quando é realizada pelo Estado, que atende diretamente aos interesses do capital, e ao modo de produção capitalista, e tenta através de política públicas de financiamento, introduzir uma nova categoria que afirma a existência do “agricultor familiar”.

Essa categoria formulada e introduzida na década de 1990, pelo então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso (FHC), com o objetivo claro de desmontar as reivindicações políticas e sociais do campesinato, nega a existência de uma classe camponesa brasileira, e principalmente nega as lutas que historicamente foram travadas pelos camponeses, como afirma Fernandes (2003):

Para tolher essa luta popular secular, o governo adotou nova tese e criou “novo mundo rural”, onde a agricultura camponesa é metamorfoseada em agricultura familiar, procurando convencer os trabalhadores de que o mundo mudou e que a luta pela terra é coisa do passado, que a subalternidade é “natural”, na integração ao capital e ao mercado. (FERNANDES, 2003, p.14)

Já a segunda forma ocorre quando a categoria, camponês assume uma identidade, uma ressignificação, e procura se fortalecer juntamente aos movimentos sociais que estão ligados a eles, buscando e lutando pelos seus direitos e por suas características próprias que normalmente estão diretamente vinculadas aos seus territórios.

Portanto é necessário estudar o conceito o campesinato brasileiro para tentar entender as realidades atuais (contemporâneas) e as mudanças que essa classe vem enfrentando nas

ultimas décadas, quase sempre marcada por uma intensa exclusão social, associadas as políticas neoliberais, que são praticadas pelos governantes.

Então para entender como é o modelo de reforma agrária em que estão inseridos os moradores do P.A Irmã Adelaide, é necessário compreender as lutas que historicamente foram travadas pelo campesinato.

## **Referências Bibliográficas**

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **As políticas territoriais e a criação do Estado do Tocantins**. 1999. Tese, (Doutorado em Geografia Humana)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: novas configurações do campo brasileiro**. Currículo sem Fronteiras. V. 3, n.1, Jan/Jun 2003.

INCRA: <http://www.incra.gov.br/>

LIRA, Elizeu Ribeiro, **A Gênese de Palmas – A Geopolítica de (Re) Ocupação Territorial da Amazônia Legal – Goiânia: Kelps, 2011.**

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A Atualidade do uso do Conceito de Camponês**. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos, João Pessoa. AGB, 2002.

MARTINS, José de Sousa. **O cativo da Terra**. 4ª ed. São Paulo, Hucitec, 1990.

MARTINS, José de Sousa. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura Camponesa no Brasil**. 4. Ed.- São Paulo: Contexto, 2001 – (Caminhos da Geografia).

\_\_\_\_\_. “A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro”. In: CARLOS, A. F. A. (Org.), **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo, Contexto, 1999.